



ARTIGO

## **FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE VITÓRIA COMO PRINCIPAL POLO COMERCIAL DO ESPÍRITO SANTO**

*Heldo Siqueira da Silva Jr*

*Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Economista do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo..*

## Resumo

O artigo mostra uma reflexão analítica sobre as bases da colonização brasileira em geral e de alguns aspectos específicos da colonização do Espírito Santo. É analisada a influência desse período na formação de uma sociedade primário-exportadora baseada no trabalho escravo e de baixa produtividade. São levantados alguns elementos para mostrar a dificuldade de desenvolver uma indústria no estado. Com a Proclamação da República, essa estrutura econômica submete o desenvolvimento do Espírito Santo a decisões políticas de outros estados. Observa-se, que mesmo a decisão de criar um centro urbano na cidade de Vitória, até então um pequeno porto, é fruto da influência de firmas de estados mais desenvolvidos. Disputas internas e a crise nos preços do café voltam a atrasar o desenvolvimento do Espírito Santo no início do século XX e as obras da construção de Vitória somente se completam durante o período de industrialização de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Colonização, escravidão, crise cafeeira, polo comercial.

## 1 - Introdução

Uma das várias formas de pensar a evolução de uma região é a partir da trajetória histórica que segue. Por esse ponto de vista, todos os fenômenos culturais, sociais ou políticos são históricos, não podendo, portanto, serem compreendidos sem sua contextualização. Segundo Prado Jr

quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JR, 1994, p. 19).

## Abstract

The article makes an analysis about the bases of Brazilian colonization in general and some of its aspects on the colonization of Espírito Santo. The influence of this period on the formation of a primary exporting society based on slave labor and low productivity is analysed. Some of its elements are raised to show the obstacles in developing an industry in the state. After the proclamation of the republic, this economic structure surrenders its development of Espírito Santo to the political decisions in other states. It is observed that even the decision to create an urban center in the city of Vitória, until then a small port, is the outcome of the influence of more developed states companies. Internal disputes and the crisis on oil prices again delayed the development of Espírito Santo in the early twentieth century, and the construction of Vitória is completed only during the industrialization of Minas Gerais.

O outro ponto importante a ser pesquisado para uma construção analítica reside na busca dos acontecimentos externos ou nas transformações internas que modificam seu equilíbrio, desviando sua trajetória. São as interações entre os acontecimentos específicos e a linha mestra que segue a trajetória de um povo que explicam a realidade daquela população. A reconstrução da realidade material como método de análise econômica melhora a compreensão da dinâmica das sociedades permitindo entender os motivos que levaram a história a tomar determinado rumo.

Para este estudo, procurou-se reconstruir os primórdios da colonização brasileira e entender o sentido pelo qual houve a ocupação do território nas colônias portuguesas. Em um momento posterior, caracteriza-se a posição de Vitória como sede da administração portuguesa na capitania do Espírito

Santo. A parte seguinte remonta a importância da economia cafeeira para o desenvolvimento do Estado durante o século XIX, com a decadência do regime escravista e seus impactos na região de Vitória. Em seguida, são remontados os moldes das primeiras políticas deliberadas de desenvolvimento da questão urbana em Vitória, com o início da construção do “Novo Arrabalde”. A análise continua com a decadência da atividade cafeeira e as consequências para a formação de novas alternativas de investimento. Por fim, chega-se à maturação de Vitória, o principal polo comercial do Espírito Santo e a ligação ao exterior de Minas Gerais. Como sugere Buffon, o objetivo do texto se encerra em 1966, quando se consolida a transição em Vitória, da dependência da atividade cafeeira para uma economia urbana industrial. Esse artigo ainda conta com uma conclusão e as referências bibliográficas.

## 2 - O sentido da colonização portuguesa

A Revolução de Avis (1383-1385) representou uma centralização política em Portugal, em torno da figura do rei. Na verdade, tratou-se da fundação do Estado Moderno, quando os interesses da burguesia, e não mais dos senhores feudais, passaram a comandar as decisões políticas. De maneira simplificada, pode-se resumir esses interesses na conquista e ampliação de rotas comerciais sob seu domínio. O reinado de Dom João I, de 1385 até 1433, foi o grande divisor de águas na consolidação dessa nova realidade.

No século XIV, o comércio europeu era basicamente terrestre. Apenas tímidas incursões marítimas, geralmente costeiras ou de cabotagem, faziam parte dessas rotas. Entretanto, o advento da caravela permitiu modificar aquela estrutura de rotas de comércio. A possibilidade de navegar contra o vento representou um enorme avanço na navegação da época. Assim, novas incursões marítimas foram possibilitadas e viagens mais longas se viabilizavam.

Os avanços tecnológicos da época, a centraliza-

ção política em torno do rei e a facilidade geográfica que representava a posição de Portugal em relação aos outros países europeus foram os grandes fatores da vanguarda portuguesa nas grandes navegações. Ainda no século XV, a tomada de Ceuta (1415), a ocupação da Ilha da Madeira (1419) e mais tarde a ocupação de Açores (1456) são eventos representativos da supremacia que Portugal passa a deter.

Em um momento posterior, no final do século XVI, há o descobrimento da América e a expansão para o novo mundo. Esse avanço se deu a partir da expansão do capital comercial dos países da península Ibérica. Para Prado Jr

É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguido de perto pelos ingleses, franceses de demais, procurarão outro caminho para o oriente; a América, com que toparam, nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado (PRADO JR, 1994, p.23).

Ou seja, não é a ideia de povoar novos territórios que orienta a expansão marítima, mas a possibilidade de encontrar novas mercadorias que pudessem ser comercializadas na Europa. Para esses fins a situação dos povos encontrados na América era inútil, afinal, sua escassa população e incipiente economia não ofereciam itens de valor comercial. Apenas com a descoberta de metais preciosos no Peru e no México começam a mobilizarem-se recursos para a colonização da América.

As descobertas de metais preciosos foram importantes para a vinda dos primeiros colonos portugueses. Entretanto, abundância dos metais não era tão grande quanto se imaginava. Na região onde

hoje se encontra o Brasil não foram encontradas de imediato jazidas significativas. Assim, Portugal tenta reproduzir na nova colônia o modelo que implantara nas colônias mais antigas:

Cedo, [...] a colonização brasileira tomou o aspecto de uma imensa empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais da terra, dando como resultado uma economia reflexa, onde os estímulos do mercado externo determinavam o direcionamento de sua produção. Logo, sem as essências asiáticas exóticas, cujo comércio fizera a riqueza de Portugal, a produção de cana será a grande perspectiva aos luso-brasileiros que, monopolizando a produção de açúcar, consolidarão a participação da Colônia na economia tropical de exportação, em consonância com a política mercantilista praticada pelas metrópoles europeias (BITTENCOURT, 1987, p. 31).

### 3 - Vitória como sede do governo metropolitano no Espírito Santo

Mesmo sob o entendimento de nova colônia destinada à monocultura de mercadorias agrícolas, o caso do Espírito Santo encaixa-se de modo peculiar na colonização brasileira. Os colonos europeus depararam-se imediatamente com uma população indígena altamente hostil aos interesses da manutenção dos empreendimentos açucareiros. Espremidos entre o mar e a selva, os empreendimentos em solo capixaba propiciavam poucos excedentes exportáveis, com poucos retornos que pudessem ser reaplicados. Com a pequena perspectiva de retornos, a destinação de recursos e mão de obra para a capitania eram reduzidos, relegando a região à situação de relativa estagnação. Os empreendimentos no nordeste, região melhor situada em relação ao comércio europeu, pareciam mais atrativos.

Inicialmente houve esforços individuais localizados, mas com pouco sucesso, dado o abandono em que se encontravam. Os empreendimentos mais

bem-sucedidos eram aqueles coordenados pelos jesuítas. Ainda no início do século XVII a população do Espírito Santo de origem europeia era de 500 pessoas, contando ainda com 11.000 indígenas “aculturados”. Esses contingentes distribuíam-se nos aldeamentos de São João de Carapina, Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, Nossa Senhora da Conceição (Serra) e Reis Magos<sup>1</sup> (Nova Almeida).

A escolha da ilha de Vitória para sede do Colégio Jesuíta era importante por trazer proteção contra os povos indígenas contrários à ocupação europeia. Por esse motivo, ao longo do século XVIII,

Administrando o trabalho de grande massa indígena, [os jesuítas] fundaram quatro complexos de fazendas especializadas, em princípio para a manutenção do Colégio de Vitória: criação de gado (Muribeca), farinha-de-mandioca e/ou legumes (Itapoca), açúcar (Araçatiba) e policultura (Carapina) (BITTENCOURT, 1987, p. 36).

A fazenda de Itapoca compreendia as terras circunscritas aos municípios de Viana e Cariacica. Araçatiba estendia-se dessa região até onde hoje se localizam a Barra do Jucu e Ponta da Fruta, com sede localizada onde hoje é o município de Viana. Carapina, onde praticava-se a policultura, começava no Rio da Passagem indo até o Rio Carapebús-Mirim, onde hoje se localiza o Município da Serra. Assim, apesar da relativa inexpressividade da produção capixaba em relação ao resto do país<sup>2</sup>, estavam dadas as características iniciais da região de Vitória até meados do século XIX.

<sup>1</sup> A região de Reis Magos situa-se entre a região de São Mateus e da Capital. Era a região em volta do Rio Doce e abrangia pequenas propriedades onde hoje situam-se Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares. Como podemos ver na Tabela 4, sua representatividade era pequena em termos produtivos e também em termos políticos.

<sup>2</sup> No século XVII havia 118 engenhos de cana no Brasil, sendo que apenas seis localizavam-se no Espírito Santo.

### 4 - Trajetória de estagnação até início do século XX

A expansão do mercantilismo no Brasil implicava em uma divisão social do trabalho na qual o campo encarregava-se da produção de excedentes exportáveis e a cidade encarregava-se da sede do Estado e do capital comercial. Ser a sede do estado implicava, em si, em uma grande imobilização de recursos na forma de serviços urbanos. Mas mais que isso, as cidades nascem como o elo entre a produção agroexportadora e a circulação internacional de mercadorias. Por isso, cidades como Vitória, que representavam uma saída (porto) natural para o mercado internacional, foram escolhidas para a sede do estado. Essas cidades nascem da imensa clivagem entre a produção monocultora arcaica e a sede do capital comercial que se forma (cf. OLIVEIRA, 1982).

Conforme podemos acompanhar na Tabela 1, em 1828, antes da consolidação do café como principal produto exportador do Espírito Santo, Vitória figurava como o principal centro comercial do estado<sup>3</sup>, contando com 80 estabelecimentos, enquanto a segunda região era São Mateus, com apenas 22.

Vilas	Lojas de Fazendas secas	Lojas de Fazendas Molhadas e Tavernas	Totais
Vitória	35	45	80
Itapemirim	2	3	5
Benevente	3	3	6
Guarapari	4	5	9
Vila Velha	-	3	3
São Mateus	8	14	22

TABELA 1 – LOJAS COMERCIAIS NO ESPÍRITO SANTO (1828). Fonte: TEIXEIRA DE OLIVEIRA *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 125.

Como a cana-de-açúcar foi o elemento primordial para o início da colonização do Espírito Santo, a queda de seus preços, a partir do século XVII, mantém o Espírito Santo em prolongada estagnação. Apenas

<sup>3</sup> Vitória foi elevada à categoria de cidade em 1823.

por volta de 1815, com a introdução da cultura do café vislumbra-se uma nova perspectiva para a província. Segundo Almada

Gradativamente as lavouras de cana-de-açúcar foram sendo substituídas pelas lavouras de café, sendo os recursos financeiros e a força de trabalho, antes empregados na produção açucareira, absorvidos pela cultura cafeeira. Esta substituição de cultura, aliás, não foi específica ao Espírito Santo, tendo ocorrido na maior parte das antigas áreas produtoras de açúcar, que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura cafeeira (ALMADA, 1981a, p.16).

Em verdade, o café necessitava de menos cuidados, de maneira que o capital imobilizado era menor, e oferecia uma margem de lucro maior. Assim, a substituição das primeiras lavouras pelo café aconteceu em todas as regiões economicamente relevantes<sup>4</sup> do Espírito Santo. A expansão do café permitiu um avanço em direção a novas áreas, antes cobertas de matas virgens, tendo sido mais significativa na região sul. Esse fato ocorreu principalmente por dois motivos: 1) a proximidade em relação ao Rio de Janeiro, por onde seria inicialmente exportada a produção cafeeira capixaba; e 2) pela proximidade do Vale do Paraíba, até então a principal região cafeeira do país, que facilitava a ampliação da fronteira agrícola dos fazendeiros fluminenses.

Para a região da capital, a expansão do café não representou nada além da manutenção da produção nos níveis iniciais. Ou seja, conforme havia a substituição da lavoura canavieira pela lavoura cafeeira, a centralidade da economia modificava-se da região da capital para a região sul. A Tabela 2 mostra a participação das regiões na exportação do café do estado.

<sup>4</sup> A autora Vilma Almada divide o Espírito Santo em três regiões economicamente relevantes, a região sul, com sede em Cachoeiro do Itapemirim; a região central, com sede em Vitória; e a região norte, com sede em São Mateus.

Ano	Região			
	Norte	Capital	Benevente	Sul
1857	25,1	58,8	1	15,1
1862	17,8	55	-	27,2
1873	5,2	43,2	5,3	46,2
1885	5,1	31,4	6,1	57,4

Tabela 2 – Participação relativa das regiões na exportação de café do Espírito Santo em anos escolhidos (em %). Fonte: TAUNAY *apud* ALMADA, 1981a, p. 26.

Com a expansão da produção em termos gerais e a manutenção da produção na região da capital houve a perda relativa da centralidade econômica. Já em 1873 a região era responsável por 46,2% da produção, contra 43,2% na região da capital. Entretanto,

boa parte dos lucros auferidos na atividade cafeeira, que era a atividade nuclear, não era investida em sua expansão, e sim em títulos financeiros, [Assim] a economia só poderia reproduzir-se lentamente. Além do mais, nestas condições, relativamente pequena deveria ser a diversificação econômica, não se constituindo aquilo que Wilson Cano chamou de complexo econômico (ALMADA, 1981a, p. 30).

Mesmo com a emergência das três regiões economicamente significativas é importante salientar o isolamento em que se encontravam. A baixa produtividade das lavouras capixabas não viabilizava uma acumulação de capitais em volume suficiente para permitir a ligação, através de estradas de ferro, entre as três regiões do estado. A alternativa de recorrer-se ao grande capital externo esbarrava, novamente, na baixa rentabilidade da produção, uma vez que as alternativas de investimentos em regiões mais prósperas como São Paulo e Rio de Janeiro eram mais atrativas. Tem-se, dessa forma, a polarização da região sul em torno da comarca de Itapemirim, que escoava sua produção pelo porto do Rio de Janeiro, a região central polarizada pelo porto da capital Vitória e a região norte em São Mateus.

Além da baixa produtividade,

Também não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo. Em se fundando no trabalho escravo, quase por definição, não existe aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quando dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades, de outro (OLIVEIRA, p. 40, 1982).

A urbanização pouco diversificada não permitia a formação de um complexo econômico-produtivo que desse alternativas produtivas para o capital. As cidades não deram o salto, naquele momento, como no caso europeu, entre a sede do capital comercial e a sede do capital industrial. Nesse caso, os lucros viabilizados pela produção cafeeira rapidamente migravam para atividades financeiras e comerciais. Daí nasce o conflito de interesses mais significativo do final do século XIX, entre o capital produtivo agrícola, com sede no campo e baseado no trabalho escravo; e o capital financeiro comercial, com sede na cidade, que precisava da criação de um mercado de consumo e para o qual o trabalho compulsório representava um entrave para a acumulação<sup>5</sup>.

5 O trabalho escravo representava um entrave por dois motivos: 1) a especialização dos trabalhadores na produção em torno da monocultura cafeeira, que treinava mão-de-obra para outros segmentos industriais; e 2) não recebendo salários, os escravos não representavam um mercado consumidor que permitisse a materialização dos lucros comerciais na esfera da circulação.

Uma grave contradição do sistema escravista estava na desumanização representada pela propriedade privada do escravo. Afinal, para que qualquer ser humano tenha rendimento satisfatório em seu trabalho é necessário que esteja estimulado. Os conceitos morais de uma pessoa podem servir de estímulo, tanto para a superação no ambiente de trabalho, quanto para a resistência aos mais severos castigos. Assim, a desumanização provocada pelo regime escravista era frequentemente atenuada pelos proprietários, que se tornavam “responsáveis legais” por seus escravos, oferecendo vantagens e castigos aos escravos. Por um lado, as vantagens sinalizavam um fortalecimento da autoestima dos escravos. Por outro, os castigos fomentavam o sentimento de medo e ódio por seus donos. Essa contradição implicava em mais uma limitação para o tipo de produção baseada no trabalho escravo. A Tabela 3 mostra a evolução da população capixaba, dividida entre pessoas livres e escravos.

Ano	1856	1870	1872
População livre	36.823	51.825	59.337
População escrava	12.269	18.772	22.552
População total	49.092	70.597	81.889
% de escravos	24,99%	26,59%	27,54%

Tabela 3 – População livre e população escrava no Espírito Santo em anos escolhidos. Fonte: ALMADA, 1981b. (Modificada).

Pela tabela, podemos perceber que em 1872, de 81.889 pessoas, 22.552 (27,54%) eram escravas. Esses dados nos permitem imaginar a instabilidade de um sistema no qual quase um terço da população se mantinha trabalhando apenas pelo brutal uso da força e do medo.

As sinalizações referentes ao inevitável fim do modo de produção escravista eram bastante claras.

A pressão internacional, basicamente inglesa, que impusera a lei de proibição do tráfico em 1850, o fim da guerra civil americana, em 1865, que culminou com o fim do tráfico nos Estados Unidos, além da Lei do Ventre Livre, de 1871, eram fortes indícios (cf. ALMADA, 1981c). Em verdade, os interesses capitalistas industriais internacionais precisavam da formação de mercados consumidores com condições econômicas de absorver a produção industrial crescente da Europa e dos Estados Unidos.

Entretanto, para os produtores brasileiros, os escravos representavam uma imobilização significativa de recursos<sup>6</sup> de maneira que as regiões de tradição escravista eram particularmente avessas a mudanças nessa estrutura da mão-de-obra. Em verdade, a manutenção da mão-de-obra escrava era condição necessária para a manutenção daquele modo de produção. No Espírito Santo os interesses ligados à produção no regime escravista pareciam particularmente poderosos. Por exemplo,

Em que pese o tráfico de africanos ter virtualmente cessado na maior parte do Brasil em 1850, o Espírito Santo apresentou grande capacidade de resistência ao cumprimento da lei de 4 de setembro de 1850, através do contrabando que nesta Província foi efetivo pelo menos até 1856 (ALMADA, 1981b, p. 3).

Como foi observado na tabela 3, mesmo com o fim do tráfico oficial em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871, houve um aumento consistente da população de escravos no Estado entre 1856 e 1872.

Assim, como se pode caracterizar geograficamente a concentração de um capital comercial financeiro na região central da capital, deve-se localizar os interesses ligados à produção escravista. A Tabela 4 mostra a evolução da população escrava no Espírito Santo, divididas nas regiões econômicas.

6 O alto preços dos escravos e as dificuldades de adquiri-los à partir de meados do século XIX tornavam-nos uma importante fonte de financiamento para as propriedades rurais.

Anos	Total de escravos	Capital	%	Itapemirim	%	São Mateus	%	Reis Magos	%
1824	13.188	7.142	54,16%	3.127	23,71%	2.654	20,12%	265	2,01%
1856	12.269	4.823	39,31%	4.381	35,71%	2.213	18,04%	752	6,13%
1872	22.552	6.919	30,68%	11.722	51,98%	2.813	12,47%	1.098	4,87%
1875	20.847	6.079	29,16%	11.516	55,24%	2.617	12,55%	635	3,05%
1876	20.806	5.839	28,06%	11.853	56,97%	2.500	12,02%	614	2,95%

Tabela 4 – Distribuição da população de escravos no Espírito Santo em anos escolhidos. Fonte: ALMADA, 1981d, p. 86.

Pela Tabela 4 percebe-se o intenso crescimento da população de escravos na região sul (Itapemirim) ao longo do Século XIX. Esses dados corroboram a orientação da produção cafeeira nos moldes escravistas para essa região. Além disso, mesmo com os fortes sinais de desagregação do sistema escravista, a partir da metade do século, a população de escravos nessa região aumenta em termos absolutos entre 1872 e 1876. Tratam-se de indícios suficientemente fortes para sustentar a tese de que os fazendeiros do sul personificavam os interesses dos escravistas.

A caracterização geográfica é particularmente importante, pois essas regiões, apesar de economicamente significativas, não se comunicavam. A ligação mais forte da região sul era com o Rio de Janeiro, porto por onde escoava sua produção, implicava em um grupo de interesses com sede na capital do país. Tratava-se de uma significativa drenagem de recursos do estado em direção à capital. Já a polarização que exercia a região de Vitória, em torno da produção da região central, criou um centro com capitais comerciais de características locais e com interesses próprios.

### 5 - O fim do regime escravista e as políticas de desenvolvimento no início da República

Como foi observado, enquanto no período anterior à expansão do café as cidades caracterizavam-se como a sede do Estado, o século XIX as consolida como

sede do capital comercial. Entretanto, essa modificação não se dá sem sobressaltos. Os interesses do capital comercial que emergia eram opostos a todo o padrão de acumulação que representava o Estado português. A independência, em 1822, já era um importante indício da formação de uma elite local que não aceitava o envio dos excedentes comerciais para a metrópole europeia.

A solução conciliatória naquele momento foi a manutenção de um Estado Monárquico, ainda baseado no latifúndio e na monocultura. Essa nova organização permitia a manutenção do regime escravista, baseado na posse da terra e no poder nas mãos daqueles que defendiam esses interesses. Mas a própria expansão da atividade agroexportadora fomentava o crescimento desse capital comercial. Com efeito, os conflitos de interesses entre o capital financeiro comercial urbano e o capital agrário exportador rural acirravam-se. A abolição da escravatura em 1888, que acabava com o entrave econômico que representava o regime escravista e a proclamação da república em 1889, que dava autonomia aos capitais para tomarem decisões de caráter descentralizado, marca o momento no qual os interesses do capital sediado no meio urbano suplantam os interesses do capital sediado no meio rural.

A relativa inexpressividade do Espírito Santo em nível nacional condicionava importantes diferenças entre a capital Vitória e as capitais mais influentes. Enquanto nas regiões mais prósperas no século XIX surge a hegemonia do capital comercial urbano, em Vitória,

No passar dos anos, ainda durante o período colonial, a condicionante geográfica da situação do sítio, localizado nas proximidades do centro do território espírito-santense e dotado de um porto natural, serviu para consolidar Vitória como sede do controle do Estado português. E, iniciado o período imperial, Vitória é elevada à categoria de cidade. Tudo isso foram elementos que condicionaram a sua face burocrática e lhe deram realce. Com a ocupação da região interior próxima a Vitória, o aspecto burocrático desta cidade também fica reforçado pelo crescimento do comércio; mas antes que se chegasse ao primeiro *boom* cafeeiro no Estado, por volta de 1894, nenhuma transformação de relevo se deu na cidade no âmbito comercial (CAMPOS JR., 1996, p. 123).

Ou seja, foram a Proclamação da República, que deu autonomia política para decisões de caráter local, e a significativa prosperidade da atividade cafeeira durante os anos 90 do século XIX, que permitiram surtos de urbanização mais significativos na capital capixaba. Os aspectos ligados ao aparato burocrático do estado continuavam existindo. Entretanto, a centralidade das regiões urbanas e o processo de urbanização pelo qual passam devem ser compreendidos a partir de suas características como sede do capital comercial.

Se não se pensar num problema desse tipo, que reside em compreender o caráter dessa urbanização como centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela, dificilmente se pode entender o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos mais largos do que aqueles que nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização. É evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado

quanto do capital comercial, passando a ser sede do novo aparelho produtivo da indústria (OLIVEIRA, 1994, p. 38).

De maneira simples, podemos entender a região de Vitória como a ligação direta de comércio entre a Europa e a região central. Embarcações desciam o rio Santa Maria transportando o café da região de Santa Leopoldina e subiam o mesmo rio levando mercadorias trazidas do exterior e que não tinham similares produzidos no estado. Tratava-se praticamente do único meio de ligação dessa região com as outras áreas da colônia.

A produção cafeeira chegada em Vitória dirigia-se para as casas comerciais exportadoras, que aguardavam navio para embarcá-la. Nesse tempo, não havia cais para atracação de navios. A baía de Vitória era considerada um porto natural, onde as embarcações ancoravam ao largo. [...] Juntamente com o comércio do café, outras atividades foram incrementadas correndo em paralelo, suportadas pela sua dinâmica. Assim, instalou-se na Capital um variado número de lojas comerciais, abriu-se espaço para o consumo de mercadorias importadas e incrementou-se o sistema de navegação (CAMPOS JR., 1996, p. 131).

Mesmo assim, persistia o isolamento entre essa região e os outros centros econômicos relevantes. Para suprir os problemas do transporte, os primeiros governos republicanos preocuparam-se bastante com a construção de um sistema de transportes mais eficiente. Nesse caso, era fundamental a construção de estradas de ferro que ligassem essas regiões. O objetivo era criar em Vitória um grande centro comercial no estado. Nas palavras de Muniz Freire

O argumento mais imediato em favor da necessidade dos grandes centros é fornecido pela lição de todos os tempos e de todos os povos. Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que

não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notável são estas, mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas (MUNIZ FREIRE, 1896, *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 148).

Como uma das mudanças institucionais, a República deu autonomia às administrações estaduais para que contraíssem empréstimos diretamente do exterior. Além disso, era de interesse dos países industrializados financiar a construção de estradas de ferro em países menos desenvolvidos.

Para a polarização em torno de Vitória era fundamental a ligação ferroviária de Cachoeiro do Itapemirim, principal cidade da região sul, com a capital, permitindo que aquela região também utilizasse o porto de Vitória para a exportação e não mais o Rio de Janeiro. Por outro lado, a ligação com Cachoeiro, ainda implicava em uma rota direta da capital capixaba com a capital federal, já que a região sul já estaria ligada ao Rio de Janeiro<sup>7</sup>. A “Ferrovia Sul” faria a ligação entre Vitória e Cachoeiro do Itapemirim.

Outro objetivo era tentar exportar por Vitória uma parte da produção mineira. Daí a importância de ligar o norte do Estado e uma parte de Minas com Vitória. Faltava, nesse caso, escolher o percurso que melhor atenderia a esses propósitos. Segundo o então líder do governo do estado Muniz Freire

É convicção minha que o traçado dessa estrada devia ser completamente alterado para tornar-se mais fácil, ágil e econômico: seu ponto de partida poderia ser comum à “[Ferrovia] Sul, da qual se afastaria na travessia do Marinho para ir cortar o município de Cariacica em demanda do Santa Maria; dali se tiraria um pequeníssimo ramal para a importante cidade do Cachoeiro de Santa Leopoldina e o tronco princi-

pal se dirigiria para os sertões da Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Pau Gigante, até ganhar a margem do Rio Doce. Da foz do Santa Maria do Rio Doce se tiraria um outro ramal até a raiz da Serra de Santa Teresa, e das fozes do Santa Joana e do Guandu far-se-ia outro tanto para beneficiar os respectivos vales (MUNIZ FREIRE *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 150).

Além da ligação entre as diversas regiões do estado, o plano de Muniz Freire ainda previa o aparelhamento do porto, para dar condições de escoamento à demanda que se esperava. Foi celebrado então um contrato entre o governo federal e a Companhia Brasileira Torrens para executar obras de ampliação do porto.

Outro elemento importante para tornar Vitória um centro comercial populoso era dar condições para a expansão da cidade. A região onde fora criado o centro, próxima ao porto, estava absolutamente limitada pelo mar, por um lado, e pelas montanhas, por outro. A solução era achar outros trechos que pudessem ser ocupados. As praias localizadas no nordeste da ilha pareciam servir particularmente bem a esses propósitos. A intenção era dar condições sanitárias e fornecer serviços urbanos que incentivassem a ocupação daquela região, fazendo a ligação entre o novo bairro e o antigo centro. O projeto da criação desse novo bairro foi chamado de “o Novo Arrabalde”<sup>8</sup>.

De maneira geral, o projeto de Muniz Freire era uma imensa imobilização de recursos estaduais em favor dos interesses do capital comercial. Essa orientação política não podia ser levada a cabo sem a insatisfação dos fazendeiros da região sul, que contribuíam com 80% da receita do estado no final do século XIX. (cf. ALMADA, 1981a) Uma passagem do *Jornal Comércio do Espírito Santo*<sup>9</sup> ilustra essa insatisfação:

Bem se vê que não há recriminações pelos melhoramentos na Capital, pois apenas queixumes se ou-

vem pelo consumo inprodutivo (sic) de centenas de contos na construção de um quartel afetado de mal de origem, e que só impensadamente poderia ter sido cogitada sua construção, antes de se haver auxiliado os municípios no melhoramento da viação, evitando-se a tortura por que passam os povos do interior sem pontes, sem estradas para maior proveito da Capital (JORNAL COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO *apud* CAMPOS JR., 1996, p. 158).

De fato, o Governo Provisório federal estava concedendo grandes privilégios para a construção de estradas de ferro<sup>10</sup>. Foi também a Companhia Brasileira Torrens que tomou a frente das obras do “Novo Arrabalde”. Essa companhia possuía sede na Capital Federal e apenas um escritório em Vitória. Pode-se inferir que os interesses ligados à construção do novo bairro eram absolutamente comerciais, mas não particularmente locais. É provável que os interesses genuinamente capixabas estivessem mais ligados aos produtores rurais do sul do estado que aos interesses comerciais da capital. Mesmo não representando diretamente os interesses locais, a Companhia Brasileira Torrens recebia como vantagens para empreender as construções em Vitória:

1. Privilégio do uso e gozo, por cinquenta anos, da exploração dos serviços de água e esgoto;
2. O governo se encarregaria de cobrar as anuidades correspondentes aos dois serviços e repassar os recursos recolhidos ao concessionário sem fazer jus a nenhum lucro;
3. Subvenção anual de 45 contos de réis pelo período de quarenta anos;
4. Domínio por 20 anos dos terrenos do Estado existentes na ilha em que se acha a Capital; e

5. Isenção, por 20 anos, de qualquer imposto, predial ou não, já criado ou que fosse criado posteriormente<sup>11</sup>. (cf. CAMPOS JR., 1996)

A caracterização acerca da origem dos interesses da empresa fica evidente quando o governo estadual endossa um empréstimo para a empresa no valor de 2.500 réis (2.500.000\$000)<sup>12</sup>, para, segundo passagem de 21 de setembro de 1895 do jornal *Comércio do Espírito Santo*, “[ser] empregado em sua maior parte em diversos empreendimentos que tem em mãos a mesma companhia, em outros estados da União” (CAMPOS JR., 1996, p. 172).

A queda nos preços do café, que se inicia no biênio 1896-1897, trouxe problemas financeiros para o governo do estado, que não podia mais financiar as obras de desenvolvimento. Em verdade, esses problemas atingiram todos os estados cafeeiros, trazendo problemas também para a companhia responsável pelo projeto, inviabilizando a conclusão. Mesmo assim, esses primeiros esforços para a urbanização de Vitória deram como resultado um consistente centro urbano. Essas obras permitiriam à cidade tornar-se um polo de desenvolvimento urbano para o Estado do Espírito Santo e uma parte de Minas Gerais.

## 6 - Da crise dos preços do café e as mudanças políticas até os anos 1920

Os encargos decorrentes do vultoso empréstimo para a construção da Estrada de Ferro Sul e sua não conclusão fortaleceram a oposição a Muniz Freire. Por outro lado, a crise nos preços do café, de 1896 até 1909, acirrou a disputa política, pois atingia os interesses dos cafeicultores. Nesse contexto, Jerônimo Monteiro foi eleito para governar o Espírito Santo, com o discurso de fortalecer a *iniciativa particular* com

<sup>11</sup> Em 1894, o mesmo contrato fora revisto, com o estado cedendo ainda mais privilégios para a empresa.

<sup>12</sup> Para se ter uma ideia o custo da finalização das obras em Vitória à época estava estimado em 3.000 réis (3.000.000\$000).

<sup>7</sup> A estrada de ferro que ligava Cachoeiro do Itapemirim ao Rio de Janeiro foi completada em 1903.

<sup>8</sup> Onde hoje fica a Praia do Canto.

<sup>9</sup> Edição de 22 de junho de 1895.

<sup>10</sup> Havia inclusive a garantia por parte do governo de juros de 6% ao ano nos investimentos em estradas de ferro.

intervenções do governo para criar condições ao início da industrialização. O processo de industrialização serviria tanto para socorrer os cafeicultores, permitindo o escoamento da produção agrícola, quanto para os comerciantes, fornecendo alternativas de investimento produtivo. Absorvendo a produção agrícola, a indústria poderia ser utilizada como uma ferramenta de diversificação da atividade econômica (cf. ROCHA e COSSETTI, 1983).

A partir de 1909 o preço internacional do café recupera-se, implicando em um aumento significativo das receitas públicas. Além disso, o estado operou a venda da Estrada de Ferro Sul para a Companhia Leopoldina, o que lhe propiciou ainda mais recursos. A utilização desses valores na amortização da dívida saneou as contas estaduais, recuperando a capacidade de investimento.

De maneira geral, o governo ajudaria na mobilização dos capitais necessários para os empreendimentos. O estado ainda assumiria o risco do investimento, garantindo juros de 5% pelo prazo de 15 anos às empresas que instalassem fábricas de tecidos, óleos e engenhos de açúcar. Essa garantia também era dada a capitais utilizados na aquisição de terras para cultivo das matérias-primas necessárias às fábricas. A utilização da política industrial para dar socorro à agricultura fica evidente quando analisamos os setores que obtiveram melhores resultados. A Tabela 5 caracteriza os estabelecimentos industriais sediados no Espírito Santo no início do século xx.

Pode-se observar pela Tabela 5 que 54,4% dos estabelecimentos industriais criados no período foram de produtos alimentares e bebidas. Esses estabelecimentos tinham a função econômica de absorver os produtos agrícolas. Por outro lado, a indústria de minerais não metálicos estava ligada ao processo de urbanização por que passou o estado nesse período. Além disso, dos 77<sup>13</sup> estabelecimentos industriais do estado em 1920, 68 (88,3%) foram criados nesse

13 Esses dados são do Recenseamento do Brasil de 1920 e constam na página 136 do texto de Rocha e Cossetti.

Ramos	1905-1909	1910-1914	1915-1919	TOTAL
Minerais não metálicos	-	2	12	14
Metalurgia	-	1	2	3
Madeira	1	1	2	4
Mobiliário	-	1	-	1
Couros e peles	1	-	2	3
Produtos farmacêuticos e veterinários	1	-	-	1
Têxtil	-	2	1	3
Vestuários, calçados e artigos de tecidos	-	-	2	2
Produtos alimentares e bebidas	4	12	21	37
Total	7	19	42	68

Tabela 5 – estabelecimentos industriais fundados entre 1905 e 1920 existentes em 1920. Fonte: rocha e cossetti, 1983 (modificada), p. 136.

período. Ou seja, essas políticas parecem ter realmente dado alguma dinâmica ao setor industrial e justamente nos setores a que se propôs ajudar.

Esse período também se distingue do anterior por descentralizar os investimentos públicos. Enquanto na década de 1890 esses investimentos visaram consolidar Vitória como o polo comercial e portuário do estado, os primeiros 20 anos do século xx marcaram uma relativa descentralização dos investimentos.

Margarino Torres, em 1913, registrou a existência de algumas *grandes fábricas* e de várias *pequenas indústrias*. Dentre as grandes encontram-se: as fábricas do Vale do Itapemirim de propriedade da Companhia Industrial; a fábrica de tecidos de meia, que aparece no Censo de 1907, localizada em Vila Velha; a fábrica de materiais sílico-calcário, também naquele mesmo município; a fábrica de tecidos Nicoletti & Comp., em Vitória; e uma grande usina de beneficiamento de café, de propriedade da firma Vivacqua & Comp., grande exportadora de café, localizada em Vitória (ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 175).

Com relação ao setor de tecidos, por exemplo, a Tabela 6 mostra o consumo de algodão das fábricas de tecidos de Cachoeiro do Itapemirim e da fábrica de tecidos Vitória.

Anos	Produção (Kg)	Consumo Da Fábrica De Tecidos Cachoeiro Do Itapemirim	Consumo Da Fábrica De Tecidos Vitória
1915	490	44.085	-
1916	21.653	112.742	42.000
1917	67.671	162.286	60.625
1918	47.857	96.502	69.502

TABELA 6 – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALGODÃO NO ESPÍRITO SANTO 1915 a 1918. Fonte: ROCHA e COSSETTI, 1983 (modificada), p. 173.

Primeiramente, podemos inferir que havia uma importação elevada de algodão para suprir a necessidade da indústria capixaba, já que a produção estadual era insuficiente. A empresa situada em Cachoeiro do Itapemirim era maior que a de Vitória, dado seu consumo. Outra empresa de sucesso no período foi a Usina de Açúcar Paineiras<sup>14</sup>, em Itapemirim e a implantação de mais duas, a *Cascata* e a *Jabaquara*, ambas no município de Benevente<sup>15</sup>. Além disso,

Margarino Torres registrou a existência de *pequenos engenhos e engenhocas com aparelhagem rudimentar* de fabricação de açúcar e aguardente e de *pequenas usinas para beneficiamento de café e arroz*. Estas unidades existiam em *quase todos os municípios*, e correspondiam à *indústria rural*, porque na maioria dos casos estavam localizados no meio rural (ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 176).

Apesar da reconhecida dificuldade de obter dados sobre esse período, os existentes são bons indícios da modificação da orientação dos investimentos, nesse período mais voltados para o interior.

14 Essa usina foi instalada em 1912 e funciona até os dias de hoje. (USINA PAINEIRAS S.A., 2009)

15 Atualmente Anchieta.

Apesar do significativo crescimento que a indústria capixaba experimentou nesse período, a produção do setor em nível nacional ainda era pouco significativa. Em 1920 a produção do estado correspondia a 0,7% da produção nacional. Como se percebe, essa indústria formava-se de capitais locais. Apresentava baixa produtividade e tinha problemas para competir com a já concentrada indústria paulista. Além disso, a I Guerra Mundial dificultava a importação de equipamentos. Por fim, havia poucos profissionais com conhecimentos técnicos que pudessem tocar os empreendimentos (cf. ROCHA e COSSETTI, 1983).

Mesmo com a ampliação da indústria nos primeiros anos do século xx, a principal atividade do Espírito Santo não deixa de ser a cafeicultura baseada na pequena propriedade familiar. Por esse motivo, para a reconstrução do cenário da economia capixaba a partir dos anos 1920 é preciso analisar os caminhos percorridos por essa atividade. Nesse caso, é importante examinar os impactos na economia do Espírito Santo das políticas de valorização do café.

A primeira política de valorização do café em nível nacional foi o Convênio de Taubaté em 1906. Tratou-se de um esforço conjunto dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais de regular o comércio, promover o consumo e estabilizar a moeda. A partir de 1924, a política tornou-se permanente, com orientação do Governo Central. Mesmo centralizada, persistia a liderança dos principais produtores da mercadoria na orientação das políticas. Apesar da importância em nível estadual, a cafeicultura capixaba não era significativa em nível nacional.

A produtividade nas zonas novas de São Paulo (Nordeste) era 10 vezes maior que a média do Espírito Santo. A curta "vida útil dos cafezais capixabas era possibilitada pelo fato de as fazendas possuírem grandes áreas de terrenos incultos, proporcionando aos proprietários a facilidade de derrubarem e abrirem novas lavouras, abandonando as que, por falta de trato, produzem pouco e que se tornam por

isto pasto, quando poderiam perfeitamente serem aproveitadas (FERREIRA, 1987, p. 84).

A baixa produtividade da produção capixaba redonda em sua inexpressividade em nível nacional, o que se refletia na orientação das políticas nacionais.

A simples leitura do primeiro decreto estadual que estabelecia quotas de exportação para o Espírito Santo, evidencia sua fragilidade política frente aos demais estados cafeeiros. Após estabelecer em 46.800 o número de sacas exportáveis pelo Porto do Rio de Janeiro e em 79.000 pelo de Vitória, afirmava que sempre que os interesses mútuos da produção e do consumo o reclamarem, poderá ser alterado de acordo com os Estados interessados, o limite de que trata esse artigo. A observação de Love segundo a qual São Paulo e Minas “competiam no sentido de indicar quem seria o governador do Espírito Santo em 1920”, dirime qualquer dúvida a respeito da pequena influência política que o Espírito Santo possuía frente a seus parceiros (FERREIRA, 1987, p. 88).

Acompanhando a tendência nacional, em 1927 foi criado o Serviço de Defesa do Café do Espírito Santo (SDC). A ideia era articular a nível estadual as políticas de melhoria da qualidade do café. A regulamentação da Bolsa do Café em Vitória, em 1929<sup>16</sup>, permitia a classificação do café capixaba e fortalecia a praça de Vitória como centro comercial. Índícios apontam para uma evolução nos quesitos de qualidade do café capixaba, fruto da política de valorização. Entretanto, a consolidação de Vitória como centro comercial do estado é o aspecto mais significativo. A Tabela 7 mostra a distribuição da exportação capixaba entre os portos do Rio de Janeiro e Vitória.

Anos	Sacas exportadas por Vitória	%	Sacas exportadas pelo Rio	%	Total
1922	666.452	65,69%	348.092	34,31%	1.014.544
1923	723.747	67,52%	348.128	32,48%	1.071.875
1924	777.707	60,72%	503.138	39,28%	1.280.845
1925	690.076	56,56%	529.987	43,44%	1.220.063
1926	691.651	55,59%	552.583	44,41%	1.244.234
1927	904.840	66,13%	463.378	33,87%	1.368.218
1928	839.119	69,46%	368.975	30,54%	1.208.094
1929	946.716	76,42%	292.121	23,58%	1.238.837

Tabela 7 – Exportação de café capixaba segundo o porto de embarque – 1922 -1929. Fonte: AGUIAR *apud* FERREIRA, 1987, p. 95.

É possível perceber pela tabela que há um aumento expressivo no volume de sacas embarcado por Vitória, principalmente a partir de 1927. Além disso, há um salto de 69,46% em 1928 para 76,42% em 1929.

O ano de 1929, marcado pela “Grande Depressão”, apresentou a derrocada do sistema de defesa dos preços do café. O que se observou foi uma queda drástica nos preços internacionais da mercadoria. Não obstante, os estoques promovidos pela política de valorização encontravam-se em 20 milhões de sacas, com perspectiva de volumosas safras<sup>17</sup>. Várias políticas restritivas ao plantio do café foram engendradas no período que se seguiu, de impostos para os novos plantios até a destruição física da produção. Entre 1931 e 1944 foram destruídas 78,2 milhões de sacas<sup>18</sup> (cf. FERREIRA, 1987).

Com o declínio da atividade cafeeira, a influência desse setor nas decisões políticas passa a ser mais importante. Em consequência, houve um esvaziamento da política de valorização do café que passou

17 A política de valorização do café incentivava a ampliação do plantio, como resultado, quando os pés de café maturavam havia uma ampliação da produção.

18 Em 1931 e 1932 chegou-se à eliminação física de 12,1 milhões de sacas de café; em 1933 e 1934, mais 13,9 milhões; em 1937, 17,2 milhões de sacas; e em 1938 e 1939, 8 milhões e 3,5 milhões, respectivamente.

a limitar-se a um imposto sobre a exportação. Por outro lado, o governo estadual tentava diversificar suas fontes de receita. Essa tentativa buscava fomentar novas atividades que representavam alternativas de investimento para o capital comercial que perdia com a queda nas exportações.

A primeira ação nesse sentido foi a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, em 1935. Essa instituição foi concebida para fornecer financiamento para o fomento e desenvolvimento das culturas e auxiliar no custeio das safras. Em 1937, outra instituição financeira foi criada em Vitória, com agências em Cachoeiro (1938) e Colatina (1939), o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, aberto em sociedade anônima, com 93 acionistas e liderado pelo governo. A função desse novo banco era a mesma do primeiro.

Mesmo derrotada a política de valorização do café em nível nacional houve relativa estabilidade na produção capixaba na década de 1930. A Tabela 8 mostra a produção de café durante a década.

Pode-se perceber, que mesmo com uma queda significativa do valor da produção na safra de 1932/1933, houve uma significativa ampliação da produção na safra seguinte. Ou seja, as oscilações no valor não implicaram em variações muito significativas na produção. Esse fato deveu-se a uma característica particular das propriedades capixabas, que eram em sua maioria pequenas unidades produtivas relativamente autônomas. Esse fato permitia a manutenção dos empreendimentos cafeeiros mesmo com os preços em baixas. O longo ciclo da planta também era outro fator responsável por essa manutenção, já que os cafezais plantados na década anterior ainda estavam produzindo nesse momento, elevando a produção. Pode-se inferir que apenas a erradicação das plantas poderia efetivamente reduzir a produção capixaba<sup>19</sup>. Nesse contexto,

Safras	Sacas de 60 Kg	Valor em Contos de Réis
1930/1931	1.666.000	99.960
1931/1932	1.802.509	129.781
1932/1933	1.050.000	69.300
1933/1934	1.859.000	128.271
1934/1935	1.350.000	97.720
1935/1936	1.623.000	116.856
1936/1937	1.813.000	141.411
1937/1938	1.415.000	112.068
1938/1939	1.786.000	128.637
1939/1940	1.500.000	Sem dados

Tabela 8 – Produção anual de café, Espírito Santo – 1930/1931 a 1939/1940. Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ 1939/40 *apud* FERREIRA, 1987, p. 109.

a decadência da agricultura não só é anterior à erradicação dos cafezais, como também é capaz de explicar os próprios níveis que esta política alcançou no Estado. Fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo. Estima-se que no Espírito Santo foram erradicados 53,8% dos cafeeiros que ocupavam 71% da área total ocupada (BUFFON, 1992, p. 195).

A erradicação dos pés de café permitiu uma significativa desmobilização de recursos<sup>20</sup>. Tanto para o capital comercial da região de Vitória, quanto para esses novos recursos oriundos da política de erradicação dos cafeeiros, eram necessárias novas alternativas de investimento. Na região norte, a atividade extrativa da madeira avançava, precedendo o avanço do café também naquela região. As antigas regiões cafeeiras do sul e do centro do estado voltaram-se para a pecuária, dado o esgotamento do solo em que a atividade cafeeira de baixa produtividade

16 A bolsa do café foi criada em 1921, mas somente começou a operar em 1929.

19 Estima-se que em 1940 17% dos cafezais capixabas correspondiam a cafeeiros novos.

20 A política de erradicação dos cafeeiros tinha por prerrogativa erradicar primordialmente os pés menos produtivos. Dada a baixa produtividade das lavouras capixabas, o Espírito Santo foi o estado que mais recebeu recursos da política.

redundava<sup>21</sup>. Na região da Grande Vitória, a forma encontrada pelo capital para se valorizar foram as atividades portuárias, além de uma incipiente indústria ligada aos ramos alimentícios e ao de minerais não metálicos (construção civil).

O término das obras de aparelhamento do porto de Vitória marcou a centralização definitiva das transações comerciais do estado. Era o efetivo descolamento da dependência comercial em relação ao porto do Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Mais que isso, o porto de Vitória passa a polarizar uma parte da produção mineira.

Os produtos manufaturados importados pelo porto passam a estar voltados preponderantemente para suprir às necessidades da “industrialização mineira e, no total exportado, passam a predominar as exportações de minério de ferro. Ou seja, apesar de estar localizado no Espírito Santo, no período em análise, o porto de Vitória foi mais mineiro do que capixaba. Este é o resultado da forma específica com a qual o Espírito Santo integrou-se ao conjunto da economia brasileira: manteve (sobretudo no interior do Estado) a sua histórica ligação com o Distrito Federal, agora na condição de periferia nacional; e atuou (fundamentalmente na cidade de Vitória) como um ponto avançado da economia mineira junto ao litoral (BUFFON, 1992, p. 250).

Em 1942, com a entrada da Companhia Vale do Rio Doce, responsável por exportar o minério de ferro oriundo de Itabira, em Minas Gerais, o porto de Vitória deixou de ser um porto cafeeiro e passou a exercer influência em nível nacional. Dessa forma, a dinâmica da cidade deixou de estar atrelada às ati-

vidades produtivas capixabas, basicamente o café e a pequena indústria, mantendo sua característica de centro comercial.

Para Buffon,

Com o início da operação do novo terminal de cargas da CVRD em 1966 (o Porto de Tubarão) encerrou-se este período que constitui a primeira fase de transição para um padrão urbano-industrial, que assumirá contornos definitivos em meados da década de setenta (BUFFON, 1992, p. 321).

Trata-se, definitivamente, do fim da hegemonia da atividade cafeeira no Espírito Santo. Com efeito, há uma intensificação no processo de construção do novo padrão urbano. Esse mesmo padrão implica na reorientação dos interesses visando ao desmonte do velho padrão de acumulação, resultando em um novo padrão, dessa vez industrial.

## 7 – Conclusão

Desde muito cedo se pode perceber a orientação da colonização brasileira como uma expansão do capital comercial europeu. A constituição da colônia e de todo o aparato institucional criado no Brasil não poderia evoluir sem espelhar esse passado que carregava. Em maior ou menor grau, todas as regiões brasileiras têm reflexos dessa orientação pretérita e os conflitos de interesses surgidos no curso dessa evolução são desdobramentos de condições específicas, mas carregam consigo esse passado em comum.

O objetivo desse artigo era mostrar a trajetória e as modificações pelas quais passou a região de Vitória até sua consolidação como polo comercial urbano. A polarização de uma pequena produção açucareira, no final do século XIX, permitiu a constituição de uma sede administrativa. Com a atividade cafeeira houve uma descentralização da atividade econômica em direção ao sul durante o século XX. Com o advento da república, os interesses centrais voltam

a dar o rumo das políticas com a iniciativa do “Novo Arrabalde”, no decorrer da década de 1890. Depois de outros anos de relativa autonomia de interesses estaduais, até os anos 1930, o término das obras do Porto de Vitória e o início da operação da CVRD, em 1942, marcam a volta da determinação do grande capital nacional nas políticas estaduais.

Por fim, na década de 1960, há a constituição definitiva de interesses comerciais em Vitória, determinando um novo padrão urbano, que passou a vigorar. Portanto, não se pode pensar na constituição do capital comercial capixaba, principalmente em Vitória, sem analisar os impactos dos interesses do grande capital nacional no Espírito Santo. Mais que isso, procurou-se mostrar que a centralidade da região foi construída baseada nos interesses da expansão capitalista, ao invés de terem acontecido como forças do acaso.

Por outro lado, os interesses genuinamente capixabas, aqueles ligados ao meio rural, que tiveram sua origem na cafeicultura escravista do século XIX, sempre representaram um atrasado para a expansão capitalista. Mesmo a reprodução da pequena propriedade rural de baixa produtividade, no início do século XX, representava um relativo atraso. Não se trata de defender os interesses do grande capital, nacional ou internacional, em detrimento do capital local, mas de entender os motivos pelos quais o desenvolvimento do Espírito Santo foi atrasado em relação a outros estados.

Por fim, a forma como se deu a construção da nova orientação urbana de Vitória, baseada no grande capital nacional, pode nos fornecer pistas sobre os motivos pelos quais há a grande desigualdade de renda entre a região de Vitória e Grande Vitória, e as demais regiões do estado. É possível que a constituição do grande capital comercial baseado na produção de pequena propriedade rural seja a semente dessa desigualdade. Não se trata, novamente, de fazer juízo acerca das pequenas propriedades, mas de entender como a insistência de um modelo agrícola de baixa produtividade nas regiões do interior as re-

legou à relativa estagnação econômica. Assim, para pensar políticas de desenvolvimento deve-se pensar em alternativas tanto ao grande capital, que beneficia apenas uma elite, quanto ao modelo agrícola de baixa produtividade.

## 8 - Referências

- ALMADA, Vilma P. F. *A Economia escravista: Concentração na Região Sul*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (a).
- ALMADA, Vilma P. F. *Síntese da evolução econômico-social da província (1808/1888)*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (b).
- ALMADA, Vilma P. F. *Desagregação do sistema escravista provincial*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (c).
- ALMADA, Vilma P. F. *A escravidão do Espírito Santo: aspectos econômicos e sociais*. Vitória, SPDC/UFES. 1981 (d).
- BITTENCOURT, Gabriel. *Formação Econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Cátedra. 1987.
- BUFFON, José A. Esgotamento da fronteira, crise do café, novas fontes de dinamismo e os limites da agricultura familiar no Espírito Santo. In: *O café e a urbanização no Espírito Santo: Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Dissertação (mestrado em economia) – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.
- CAMPOS JR., Carlos T. *Capítulo III - Novo Arrabalde: Uma amostra do processo de urbanização de Vitória*. 1996.
- FERREIRA, Sinésio P. O Espírito Santo: da crise cafeeira ao Plano de Metas. In: *Espírito Santo: Dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840-1960*. Dissertação (mestrado em economia) – Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 23ª edição. 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. In: SADER, Emir. *Espaço e debates*. São Paulo, Cortez, Volº 6, 1982.
- ROCHA, Haroldo C.; COSSETTI, Maria da Penha. *Evolução industrial e política do estado*. Vitória, 1983.
- MORANDI, Angela Maria e ROCHA, Haroldo Corrêa. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.
- USINA PAINEIRAS S. A. *Sítio da empresa na internet*. Disponível em: <http://www.usinapaineiras.com.br/hist.htm>. Acesso em 19 de julho de 2009.

Recebido em: 11/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019

21 Rocha e Morandi (2012) caracterizam o ciclo natural da produção agropecuária capixaba como “mata-café-pastagem”. Primeiramente, a produção extrativa da madeira avança para a formação dos cafezais, depois há a degradação do solo, pelo plantio sem técnica adequada, culminando com a formação de pastagem adequada para o gado.

22 Em 1951 o porto de Vitória era o terceiro porto brasileiro em relação ao volume de exportações para o exterior.